



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO  
GROSSO  
CAMPUS CUIABÁ - BELA VISTA  
DEPARTAMENTO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO  
COORDENAÇÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

**KARINE FÁTIMA DE MORAES ASSUNÇÃO CAMPOS**

**INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL: BALANÇO SOCIAL  
DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS COM CERTIFICAÇÃO DE  
RESPONSABILIDADE SOCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO**

**Cuiabá – MT  
2019**



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO  
GROSSO**

**CAMPUS CUIABÁ - BELA VISTA**

**DEPARTAMENTO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

**COORDENAÇÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU, EM NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO,  
EM INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO PARA NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS**

**KARINE FÁTIMA DE MORAES ASSUNÇÃO CAMPOS**

**INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL: BALANÇO SOCIAL  
DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS COM CERTIFICAÇÃO DE  
RESPONSABILIDADE SOCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Pós-Graduação  
Lato Sensu, em Nível de Especialização,  
em Inovação e Empreendedorismo para  
Negócios Sustentáveis do Instituto Federal  
de Educação, Ciência e Tecnologia de  
Mato Grosso, Campus Cuiabá - Bela Vista.

Orientador: Me. Marcelo Ednan Lopes da  
Costa

**Cuiabá – MT  
2019**

**Divisão de Serviços Técnicos. Catalogação da Publicação na Fonte. IFMT  
Campus Cuiabá Bela Vista**

**Biblioteca Francisco de Aquino Bezerra**

C198i

Campos, Karine Fátima de Moraes Assunção.

Indicadores de sustentabilidade empresarial: Balanço social das micro e pequenas empresas com certificação de responsabilidade social do Estado de Mato Grosso/ Karine Fátima de Moraes Assunção Campos. \_ Cuiabá, 2019.

24f.

Orientador(a): Me. Marcelo Ednan Lopes da Costa

TCC (Especialização em Inovação e Empreendedorismo para Negócios Sustentáveis) \_ . Programa de pós-Graduação. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.

1. Balanço social – TCC. 2. Desenvolvimento sustentável – TCC. 3. Investimento socioambiental - TCC. I. Costa, Marcelo Ednan da. II. Título.

IFMT CAMPUS CUIABÁ BELA VISTA

CDU 504:658  
CDD 304.2

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**KARINE FÁTIMA DE MORAES ASSUNÇÃO CAMPOS**

**INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL: BALANÇO SOCIAL  
DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS COM CERTIFICAÇÃO DE  
RESPONSABILIDADE SOCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em Nível de Especialização, em Inovação e Empreendedorismo para Negócios Sustentáveis, submetido à Banca Examinadora composta pelos Professores convidados e do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista.

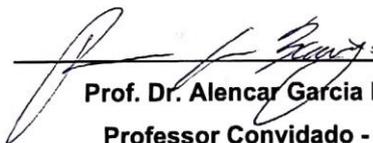
Aprovado em 09 de outubro de 2019.

**BANCA EXAMINADORA**



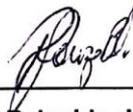
---

**Prof. Me. Marcelo E. L. da Costa**  
**Professor Orientador – IFMT**



---

**Prof. Dr. Alencar Garcia Bacarji**  
**Professor Convidado - IFMT**



---

**Prof. Dr. Reinaldo de Sousa Bilio**  
**Professor Convidado – IFMT**

**Cuiabá – MT**

**2019**

## **DEDICATÓRIA**

A minha mãe, Andreлина Conceição Moraes Assunção. Minha maior inspiração e incentivadora.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por ter me dado saúde e sabedoria para persistir apesar das dificuldades encontradas.

A minha família por todo suporte e estímulo em especial a minha mãe, pedagoga e defensora da educação com qualidade, que sempre me ensinou sobre a relevância do aprendizado.

A equipe médica que me acompanhou neste primeiro semestre, principalmente a Dr. Nilma Guimarães Novais e aos Dr. Renato Lúcio de Souza e Werley S. Peres, pela compreensão e direcionamentos.

Agradeço também ao meu estimado orientador pela atenção, apoio e disponibilidade demonstrada.

## RESUMO

Este é um estudo cujo o objetivo é analisar se os valores investidos em indicadores sociais e ambientais, extraídos dos Balanços Sociais divulgados no site da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso acompanham o crescimento da Receita Bruta das empresas certificadas, edições publicadas entre 2006 e 2016. A metodologia utilizada foi a descritiva exploratória, através da análise documental foram extraídos os dados histórico numérico dos balanços para posterior mensuração do comprometimento sustentável das microempresas e empresas de pequeno porte em nível de valores de investimentos. De acordo com os resultados da pesquisa, houveram investimentos de 0,66% em indicador social e 0,001% no indicador meio ambiente, relacionado ao faturamento bruto dos anos pesquisados, sendo o setor de comércio o que mais realiza investimentos.

Palavras-chave: Balanços Social, Desenvolvimento Sustentável, Investimentos socioambientais, Responsabilidade Social Organizacional.

## **ABSTRACT**

This is a study whose objective is to analyze whether the amounts invested in social and environmental indicators, extracted from the Social Balance Sheets disclosed on the website of the Legislative Assembly of the State of Mato Grosso, accompany the growth of Gross Revenue of certified companies, editions published between 2006 and 2016. The methodology used was the exploratory descriptive, through documentary analysis were extracted the numerical historical data from the balance sheets for subsequent measurement of the sustainable commitment of micro and small companies at the level of investment values. According to the survey results, there were investments of 0,66% in social indicator and 0,001% in environment indicator, related to gross revenues of the surveyed years, being the trade sector the one that makes the most investments.

Keyword: Social Balance, Sustainable Development, Social and Environmental Investments, Organizational Social Responsibility.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	9
1.1 Desenvolvimento sustentável .....	10
1.2 Indicadores de Sustentabilidade Empresarial .....	11
1.3 Balanço Social .....	12
2. MATERIAIS E MÉTODOS.....	13
3. RESULTADOS .....	14
4. DISCUSSÕES .....	18
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	20
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	22



## **CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU, EM NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO, EM INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO PARA NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS**

### **INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL: BALANÇO SOCIAL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS COM CERTIFICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO**

CAMPOS, Karine Fátima de Moraes Assunção  
COSTA, Marcelo Ednan Lopes da

#### **1. INTRODUÇÃO**

Considerando a relevância dos indicadores de sustentabilidade empresariais e a crescente consciência coletiva sobre o desenvolvimento sustentável, as práticas organizacionais tiveram que ser repensadas, devido à exigência de uma postura mais responsável em relação a suas ações no que tange a responsabilidade social corporativa. Visando a transparência e divulgação, “o Balanço Social é um instrumento que auxilia a mensuração do nível de comprometimento organizacional com as demandas econômicas, sociais e ambientais (KROETZ, 1999)”.

Diante desse contexto, o artigo possui o objetivo geral de analisar se os valores investidos em indicadores sociais e ambientais, extraídos dos Balanços Sociais divulgados no site da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, acompanham o crescimento da Receita Bruta das empresas certificadas, das edições publicadas entre 2006 e 2016, que contemplam os anos de 2005 a 2015. E como objetivos específicos: (I) analisar o comportamento histórico numérico, (II) mensurar o comprometimento sustentável em nível de valores de investimentos, (III) identificar quais os setores que se destacam em investimentos socioambientais e (IV) conhecer as ações sociais promovidas pelas empresas, no período correspondente.

## 1.1 Desenvolvimento sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu em 1987 no relatório *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum) elaborado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (SEIFFERT, 2011). O documento define “[...] o desenvolvimento que atende às necessidades do presente, sem comprometer as necessidades do futuro” (CMMAD, 1991, p.46).

A precursora do tema e das discussões foi a Conferência de Estocolmo em 1972, posteriormente, foi difundido e diversas conferências mundiais foram realizadas, destacam-se a RIO/92 e a Conferência das Nações Unidas em 1997, discussões que resultaram em compromissos concretos para combater o aquecimento global, como, por exemplo, a Agenda 21 (1992) e o Protocolo de Kyoto (1997) (HOFER, 2009).

Segundo Barbieri e Seiffert (2011), as metas estabelecidas influenciaram a economia global e novas estratégias relacionadas à gestão ambiental foram desenvolvidas, através da racionalização de recursos renováveis e não renováveis e minimização de resíduos. Nesse contexto, as organizações tiveram que repensar o modelo de gestão tradicional e considerar o desempenho ambiental e social, além da financeira. Iniciando o processo de conscientização organizacional, estimulada pelos crescentes anseios e pressões sociais.

O conceito de desenvolvimento sustentável refere-se a estratégias de longo prazo visando o bem estar social, por não ser uma prática isolada, esse processo só será alcançado através da sustentabilidade, que tem a perspectiva de mensurar o grau ou nível da qualidade do sistema complexo ambiental humano com o intuito de avaliar a distância deste em relação ao sustentável. Necessitando de uma avaliação quantitativa, ou seja, quantificar ou mensurar o nível ou a qualidade de um sistema (TODOROV; MARINOVA, 2011).

Os termos não possuem um consenso no quesito de conceito, as diversas discussões geram aceitação geral em relação à busca do equilíbrio entre as necessidades do ser humano e o meio ambiente, e em entender suas complexas dinâmicas de interação. (BARBOSA; DRACH; CORBELLA, 2014).

Os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável são notáveis e oportunos nas últimas décadas, mediante as crises ambientais a sociedade tomou consciência da importância das discussões em escala global e local (VAN BELLEN, 2005).

## 1.2 Indicadores de Sustentabilidade Empresarial

Os indicadores podem comunicar ou informar sobre o progresso em direção a uma determinada meta, como, por exemplo, o desenvolvimento sustentável, mas também podem ser entendidos como um recurso que deixa mais perceptível uma tendência ou fenômeno, que não seja imediatamente detectável (HAMMOND apud VAN BELLEN, 2005).

A Agenda 21, documento oriundo da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992, foi o primeiro a estabelecer o uso de indicadores de sustentabilidade, orienta expressamente que os “países devem desenvolver sistemas de monitoramento e avaliação do avanço para o desenvolvimento sustentável, adotando indicadores que mensuram as mudanças nas dimensões econômica, social e ambiental” (AGENDA 21, 1992).

Um dos principais aspectos levantados nos primeiros encontros dessa Comissão foi o da necessidade de se criar padrões que sirvam de referência para medir o progresso da sociedade em direção ao que se convencionou chamar de futuro sustentável (MOLDAN; BILHARZ; MATRAVERS, 1997).

Após a Conferência novos paradigmas e indicadores de sustentabilidade foram desenvolvidos, destacando-se os relatórios Global Reporting Initiative (GRI), o Índice de Sustentabilidade Empresarial – BM&FMBovespa, Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e o Modelo de Balanço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) (ETHOS, 2018).

A Global Reporting Initiative (GRI) é uma organização internacional independente, pioneira nos relatórios de sustentabilidade desde 1997 e seus padrões são os mais difundidos no cenário internacional (GRI, 2019). No Brasil, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), é o relatório utilizado pela B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), bolsa de valores oficial do Brasil, que mede o retorno médio de uma carteira teórica de ações de empresas de capital aberto e listadas como as melhores práticas em sustentabilidade, no período de 2005 a 2019 as empresas da carteira do ISE apresentam valor de mercado de 10% a 19% maior do que o grupo de controle BOVESPA (B3, 2019).

### 1.3 Balanço Social

De acordo com Kroetz (2000), o Balanço Social é uma ferramenta de gestão e informação que evidencia de forma transparente os aspectos qualitativos e quantitativos do patrimônio das empresas, e ao mesmo tempo, a sua preocupação com o bem-estar social e ambiental.

Conforme a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº.1185/09, o Balanço Social não possui obrigatoriedade de publicação no Brasil, de acordo com a legislação vigente. Ao contrário das demais demonstrações contábeis. Para Milani Filho (2008) o Balanço Social não é uma demonstração obrigatória, mas constitui-se num dos principais relatórios sobre as características da empresa e seu relacionamento com diferentes públicos, por isso é considerado relevante para a identificação e avaliação do envolvimento da organização com a Responsabilidade Social.

De acordo com definição do Instituto Ethos, disponível no portal on-line, responsabilidade social "é uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que ela se torne parceira e corresponsável pelo desenvolvimento social". No Brasil, o movimento de divulgação de informações em formato de relatórios iniciou-se nos anos de 1990, com o lançamento do Modelo Ibase para Relatório Social, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), fundado pelo sociólogo Herbert de Souza, em 1981 e atualmente é o mais difundido (IBASE,2018).

Conforme definição do IBASE, o Balanço Social Ibase teve como principal função tornar pública a responsabilidade social empresarial, construindo maiores vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente. Publicado anualmente pelas organizações que escolhem esse modelo, o Balanço Social reúne um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade.

Em consequência da importância do tema, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso, através da Lei 7.687 de 25/06/2002, criou o Certificado de Responsabilidade Social de Mato Grosso, que promove o reconhecimento público das instituições, empresas, órgãos públicos e OSCIPs – Organizações Sociais de Interesse Público, que apresentarem seu Balanço Social. Os critérios para averiguação das informações e concessão do certificado são estabelecidos pela Comissão Mista de Responsabilidade Social, divulgados mediante publicação de edital anual.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

Este artigo tem caráter qualitativo, quanto à natureza. Para Gil (1999), o uso dessa abordagem propicia o aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao fenômeno em estudo e das suas relações, mediante a máxima valorização do contato direto com a situação estudada, buscando-se o que era comum, mas permanecendo, entretanto, aberta para perceber a individualidade e os significados múltiplos.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa é descritiva e exploratória. Vergara (2000, p. 47) argumenta que a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza.

Estudos exploratórios são amplamente utilizados em temas recentes na literatura, como é o caso dos indicadores de sustentabilidade empresarial. Esta escolha é justificada pelo fato de o estudo pretender realizar levantamentos bibliográficos também para definir conceitos acerca dos assuntos relacionados (GIL, 2008).

Quanto aos meios, a pesquisa é documental, tendo como principal fonte de dados os Balanços Sociais disponibilizados no website da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

A amostra foi intencional e não probabilística, na qual foram tabulados e analisados 367 (trezentos e sessenta e sete) balanços sociais, que representam o total de certificações aprovadas nas edições de 2006 a 2016, este período possibilitou compreender a evolução e descrever o cenário de atuação social no contexto regional, pois compreende desde a primeira até a última edição disponível no website. Os relatórios foram agrupados conforme o segmento (ou modelos), seguindo o mesmo critério adotado pela Assembleia Legislativa:

➤ Modelo 1. Microempresas e empresas de pequeno porte. (Microempresas - ME: Pessoas Jurídicas com receita bruta anual não superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); Empresas de Pequeno Porte - EPP: Pessoas Jurídicas com receita bruta anual não superior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

- Modelo 2. Empresas de Médio e Grande Porte. (Pessoas jurídicas com receita bruta anual superior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).
- Modelo 3. Organizações do Terceiro Setor
- Modelo 4. Instituições de Ensino e Fundações Privadas
- Modelo 5. Prefeituras, Secretarias Estaduais, Autarquias e Fundações Públicas.
- Modelo 6. Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Na primeira etapa da pesquisa foi realizada um levantamento bibliográfico acerca dos conceitos de desenvolvimento sustentável, como também, indicadores de sustentabilidade empresarial e balanço social. Na segunda, o agrupamento das empresas por segmento, com enfoque no segmento Modelo 1. Microempresas e empresas de pequeno porte, identificando os 30 (trinta) Balanços Sociais analisados no estudo. Posteriormente, a separação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME e EPP) que disponham de investimento Social Externo – Social/Meio Ambiente. Após a coleta e agrupamento dos dados, foi realizada a correlação entre o Indicador Social Externo – Social/Meio Ambiente e a Receita Bruta, identificando as ações de investimentos socioambientais realizadas e os setores que se destacaram.

### 3. RESULTADOS

Ao agrupar as empresas por segmento das edições de 2006 a 2016, constatou-se a divulgação de 30 (trinta) Balanços Sociais no segmento Modelo 1. Microempresas e empresas de pequeno porte, conforme demonstrado na tabela 1, que corresponde a 8,17% do total das empresas certificadas.

Tabela 1 – Quantitativo dos Balanços Sociais das ME e EPP com investimento em indicadores social e meio ambiente

Ano	Número de B.S	B.S com investimento Social	B.S com investimento Meio Ambiente
2005	1	1	0
2006	2	2	0
2007	3	2	0
2008	3	1	0
2009	2	1	0

2010	2	2	0
2011	3	3	1
2012	3	2	0
2013	4	3	0
2014	4	3	0
2015	3	2	0
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>22</b>	<b>1</b>

Fonte: Adaptado Assembleia Legislativa de Mato Grosso (2019)

Ao observar o comportamento histórico numérico das empresas, nota-se que 73,33% das ME e EPP apresentaram investimentos relacionados ao indicador social e 0,03% relativo ao indicador meio ambiente.

Quanto a divulgação dos balanços Sociais, no período de 10 anos, 07 (sete) empresas participaram e apenas 01 (uma) perdurou em todos eles, demonstrando uma inconstância e descontinuidade no processo de participação dos empreendedores e/ou aprovação pela Comissão Mista de Responsabilidade Social. Houve um crescimento na participação, porém pouco expressivo quantitativamente, no primeiro ano 01 (uma) empresa divulgou e na última edição foram 03 (três) empresas.

Ao analisar os valores de investimentos em indicador social e meio ambiente das 07(sete) ME e EPP e correlaciona-los com a receita bruta, constatou-se no período estudado o faturamento total de receita bruta R\$ 60.974.334,77, com média anual de R\$ 5.5431.121,34 por empresa. Do total informado houve um investimento de 0,66% em indicador social que corresponde a R\$ 401.304,10, com média anual de R\$ 36.482,19 e no indicador meio ambiente, apenas no ano 2011 houve um investimento por parte de uma empresa no valor de R\$ 2.250,00 que equivale a 0,001% do faturamento bruto do ano correspondente, conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 2 – Valores de receita bruta e de investimento em indicadores social e meio ambiente

Ano	Receita Bruta	Investimento Social/Meio Ambiente
2005	R\$ 1.147.700,00	R\$ 108.303,00
2006	R\$ 3.811.653,06	R\$ 110.348,00
2007	R\$ 3.618.434,58	R\$ 44.104,00
2008	R\$ 2.420.358,25	R\$ 25.000,00
2009	R\$ 4.486.599,65	R\$ 25.000,00
2010	R\$ 4.134.584,21	R\$ 1.580,45

2011	R\$ 7.219.246,68	R\$	13.202,97
2012	R\$ 7.177.134,92	R\$	8.796,67
2013	R\$ 8.440.647,82	R\$	21.435,91
2014	R\$ 10.422.641,43	R\$	24.387,68
2015	R\$ 8.095.334,17	R\$	19.145,42
<b>Total</b>	<b>R\$ 60.974.334,77</b>	<b>R\$</b>	<b>401.304,10</b>
<b>Média Anual</b>	<b>R\$ 5.543.121,34</b>	<b>R\$</b>	<b>36.482,19</b>

Fonte: Adaptado Assembleia Legislativa de Mato Grosso (2019)

Em 2005 foi o primeiro ano da Certificação de Responsabilidade Social de Mato Grosso, com apenas 01 (uma) empresa foi o ano que houve a melhor média de investimento social praticado pelas empresas, com o percentual de 9,44% em relação a receita bruta, correspondente ao valor de R\$ 108.303,00.

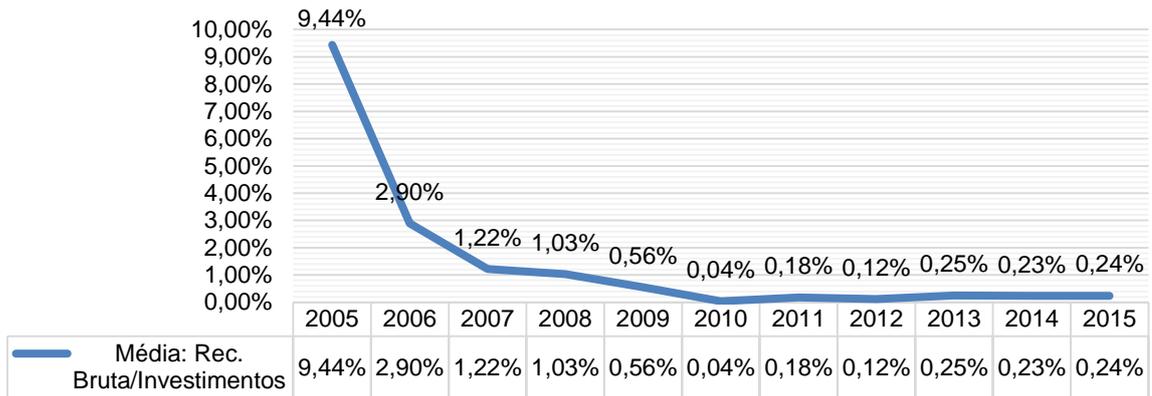
Nos anos de 2006 a 2009, apesar do aumento na participação das empresas em relação ao primeiro ano, 02 (duas) empresas em 2006 e 2009 e 03 (três) em 2007 e 2008, ocorreu uma queda de investimentos sociais, resultando no percentual médio de 1,43%. No ano de 2010, houve permanência nas participações, 02 (duas) empresas, porém foi o ano com a menor média de investimentos com percentual de 0,04% equivalente a R\$ 1.580,45.

Nos anos de 2011 e 2012, houve aumento de participações para 03 (2011 e 2012), quanto aos investimentos em 2011 subiu para 0,18% e em 2012 houve uma pequena queda para 0,12%. Em 2011, foi o único ano que houve investimentos ambientais, conforme mencionado anteriormente.

Nos anos de 2013 a 2014, verificou-se que foram os anos com maiores participações empresariais, com 04 empresas em cada ano e aumento de investimentos para 0,25 % em 2013 e em 2014 com uma baixa redução foram investidos 0,23%.

Em 2015, teve diminuição de 1 empresa e os investimentos sociais se mantiveram semelhantes aos dois últimos anos, finalizando em 0,24%. A figura 1, apresenta a evolução da porcentagem de investimento anual do período analisado.

Figura 1 – Percentual anual de investimentos em indicadores social e meio ambiente em relação a receita bruta



Fonte: Adaptado Assembleia Legislativa de Mato Grosso (2019)

Neste sentido, quando observado as informações contidas no balanço social, em especial os investimentos sociais e ambientais, notamos que as empresas, na maioria das vezes, apenas divulgam valores e não descrevem as ações realizadas. Nos demonstrativos analisados 02 empresas evidenciam as ações de investimentos socioambientais, conforme identificação na tabela 3:

Tabela 3 – Ações socioambientais

Empresas	Ações
Bióloga Comércio e Manipulação de Medicamentos LTDA (2006 – 2007)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Ação Reciclo com a Biológica;</li> <li>➤ Assistencialismo com o Projeto Criança Feliz;</li> <li>➤ Patrocínio esportivo regional;</li> <li>➤ Utilização de materiais recicláveis para minimização dos impactos negativos;</li> <li>➤ Participação em eventos que buscam divulgar informações sobre saúde para a sociedade.</li> </ul>
Inviolável Tangará LTDA (2011 a 2015)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Assistencialismo;</li> <li>➤ Capacitação profissional e pessoal de jovens;</li> <li>➤ Musicalização e instrumentalização através da</li> </ul>

	<p>parceria com o projeto social “Flauta Mágica” que visa inclusão social de jovens adolescente na cidade de Tangará da Serra/MT;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Prestação de serviços gratuitos para entidades sem fins lucrativos para o Lar do Idoso e Casa da Criança e do Adolescente;</li> <li>➤ Participação indireta mediante contribuição financeira aos clubes de serviços como Rotary e Lions que buscam atender a sociedade por meio do esporte, cultura e educação.</li> </ul>
--	---

Fonte: Adaptado Assembleia Legislativa de Mato Grosso (2019)

#### 4. DISCUSSÕES

O tema sustentabilidade empresarial está em relevância e a consciência coletiva em relação ao desenvolvimento social e meio ambiente está em expansão, influenciando diretamente o sucesso empresarial que não mais está ligado apenas à capacidade de produção. A complexidade das atuais demandas ambientais que a sociedade transfere às organizações, surge um novo posicionamento por parte das organizações em face de tais questões sustentáveis (TACHIZAWA, 2002).

A divulgação do Balanço Social é uma ferramenta que auxilia evidenciar o posicionamento da organização. Por não ser uma obrigatoriedade, muitas empresas deixam de fazer e divulgar o Balanço Social (RIBEIRO, 2006). De acordo com os documentos analisados, as empresas participantes em sua maioria evidenciaram apenas os valores investidos e não descrevem as ações desenvolvidas, evidenciando falta de padronização, que dificulta a comparação dos dados, pois conforme Moraes e Souza (2002) se o documento for muito flexível ele acaba por não cumprir seu propósito de transparência.

Há uma tendência das empresas certificadas possuírem uma ênfase maior em

seus indicadores sociais externos, certamente pela maior visibilidade que essas ações exercem por atingir uma parcela maior da sociedade.

Ao analisar o investimento por setores econômicos, averiguou que o setor comercial destacou-se pelo número de participações e percentual de investimento, em destaque o ramo farmacêutico, mesmo setor destaque do Modelo 2. Empresas de Médio e Grande Porte, pois conforme Loffler, Almeida, Loffler (2018) nota-se que o setor de comércio foi o que realizou maiores investimentos em meio ambiente se equiparado aos setores da indústria e serviços (LOFFLER, ALMEIDA, LOFFLER, 2018).

Nos estudos de Al-Tuwaijri, Christensen e Hughes II (2004), ao relacionarem evidência ambiental, desempenho ambiental e desempenho econômico em modelos de equação de regressão, foi possível verificar que desempenho ambiental é associado com um bom desempenho econômico. Essa afirmação não se aplica ao estudo, pois os investimentos no ambiente externo, bem como em meio ambiente, a participação ainda é pequena quando comparada à receita bruta divulgada pelas empresas, esse baixo nível de investimento sugere que a responsabilidade social não está sendo devidamente cumprida, apesar dos incentivos fiscais estabelecidos por lei.

O estado de Mato Grosso visa incentivar os investimentos nesses indicadores, através do plano de desenvolvimento, estabelecido pela LEI Nº 7.958, DE 25 DE SETEMBRO DE 2003.

Art. 1º Fica definido o Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso, orientado pelas diretrizes da Política de Desenvolvimento do Estado, com o objetivo de contribuir para a expansão, modernização e diversificação das atividades econômicas, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica das estruturas produtivas e o aumento da competitividade estadual, com ênfase na geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais. (Repristinado pela Lei 8.607/06).

No Art. 2º são descritos as modalidades aplicáveis ao setor público e privado.

Art. 2º O Plano definido no artigo anterior compreende ações de interesse do Estado relacionadas com: **(Repristinado pela Lei nº 8.607/06).**

I - apoio à realização de projetos de iniciativa do setor público e privado, nas seguintes modalidades:

- a) concessão de incentivos fiscais;
- b) concessão de empréstimos e financiamentos;
- c) participação acionária;

- d) prestação de garantias;
- e) outras formas de assistência financeira;
- II - apoio institucional e financeiro a projetos públicos e privados, relativos a ações que visem a amparar e a estimular o desenvolvimento, nas áreas de:
  - a) ciência e tecnologia;
  - b) infraestrutura;
  - c) formação e treinamento de mão-de-obra especializada;
  - d) promoção de investimentos e divulgação;
  - e) realização de feiras, exposições e outros eventos da espécie;
  - f) outras ações.

Segundo o Art. 7º, fica autorizada a fruição do incentivo fiscal ao contribuinte que se integrar a qualquer dos módulos elencados no parágrafo único do art. 1º e/ou os submódulos destes, desde que cumpridas as condições previstas nesta Lei, no seu regulamento e nas obrigações complementares estabelecidas pelo CONDEPRODEMAT - Conselho Deliberativo dos Programas de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso. Conselho este que segundo a legislação vigente, compete as das atribuições de aprovar a programação, o orçamento e os relatórios anuais, estabelecer as diretrizes, prioridades e estratégias de atuação, apresentar relatórios circunstanciados sobre execução e os resultados auferidos pelos programas instituídos na legislação que define a política de desenvolvimento do Estado, sugerir modificações na disciplina jurídica da execução das políticas estratégicas, definir critérios para concessão de benefícios fiscais e deliberar todo assunto que lhe for submetido.

Quanto aos benefícios passíveis de concessão relacionados a práticas de ações socioambientais, são estabelecidos no Art. 7º §1º da Lei nº 10.741, de 13 de agosto de 2018, conforme descrito: “§ 1º As obrigações complementares e as contrapartidas, previstas no caput deste artigo, devem observar as características específicas de cada módulo e de cada submódulo desta Lei, mediante indicadores que reflitam o retorno social, econômico e ambiental.”

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As microempresas e empresas de pequeno porte do Estado do Mato Grosso, apesar da relevância das ações socioambientais para o desenvolvimento empresarial

e da sociedade, poucas são ativas no quesito investimento, as 07 (sete) empresas certificadas possuem uma média de investimentos baixa, que equivale a 0,66% da Receita Bruta arrecada em um período de 10 (dez) anos, cerca de R\$ 36.482,19 anual. Ao analisar o investimento por setores, averiguou que o setor comercial destacou-se pelo número de participações e percentual de investimento, em destaque o ramo farmacêutico.

Quanto as ações desenvolvidas, apenas 02 empresas descreveram as atuações, há uma falta de padronização e critérios no preenchimento e divulgação dos Balanços, imprimindo uma qualidade insatisfatória aos relatórios e prejudicando consideravelmente a tabulação e análise de dados.

Recomenda-se a realização de campanhas de divulgação e conscientização por parte da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, a fim de aumentar o número de organizações participantes e maior fiscalização por parte da Comissão Mista de Responsabilidade Social para que os Balanços Sociais sejam preenchidos em sua totalidade e com qualidade de informações.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA 21. United National Conference on Environmental and Development. Rio de Janeiro, 1992.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceito, modelos e instrumentos**. 2.ed. São Paulo. Editora Saraiva, 2007.

AL-TUWAIJRI, S. A.; CHRISTENSEN, T. E.; HUGHES II, K. E. **The relations among environmental disclosure, environmental performance, and economic performance: a simultaneous equation approach** . Accounting, Organization and Society, 2004.

B3. Brasil, Bolsa, Balcão. Disponível em: <<http://www.b3.com.br/>>. Acesso em: 20 out.2019.

BARBOSA, G. S.; DRACH, P. R.; CORBELLA, O. D. **A Conceptual Review of the Terms Sustainable Development and Sustainability**. International Journal of Social Sciences, v. III, n. 2, 2014.

BRASIL. Resolução CFC nº 1.185/09. Conselho Federal de Contabilidade. Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res\\_1185.pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1185.pdf)>. Acesso em: 19 fev.2019.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

ETHOS. Indicadores Ethos de Responsabilidade Social empresarial. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/>>. Acesso em: 17 out.2018.

HOFER, R. **Sustainable Solutions for Modern Economies**. Londres: Royal Society of Chemistry, 2009.

Global Reporting Initiative. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org/>>. Acesso em: 20 out.2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômica. Disponível em <<http://ibase.br/pt/>>. Acesso em: 17 out.2018.

KROETZ, C. E. S. **Contabilidade Social**. Ijuí: Rio Grande do Sul, 1999.

LOFFLER, E. B.; ALMEIDA, J. C. R.; LOFFLER, J. J. **Evidenciação dos indicadores ambientais divulgados no balanço social das empresas com certificação de responsabilidade social do estado de mato grosso**. Educação ambiental em ação, 2018.

MATO GROSSO. Lei nº 7.958, de 25 de setembro de 2003. Disponível em: <<http://app1.sefaz.mt.gov.br/0325677500623408/07FA81BED2760C6B84256710004D3940/957556DBB87E429E04256DB0004E2206>>. Acesso em: 25 set.2019.

MATO GROSSO. Lei nº 10.741, de 13 de agosto de 2018. Disponível em: <[http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/7c7b6a9347c50f55032569140065ebbf/b34ebd9287b71860842582eb005d82e7?OpenDocument#\\_49h2ki82eksg32c1e6sq32b108h2i0c9j4124a8218t7l6l2f4124a\\_](http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/7c7b6a9347c50f55032569140065ebbf/b34ebd9287b71860842582eb005d82e7?OpenDocument#_49h2ki82eksg32c1e6sq32b108h2i0c9j4124a8218t7l6l2f4124a_)>. Acesso em: 25 set.2019.

MILANI FILHO, M. A. F. Responsabilidade Social e Investimento Social Privado: Entre o Discurso e a Evidenciação. **R. Cont. Fin.** - USP, São Paulo - v. 19, n. 47, p. 89 – 101, maio/agosto 2008.

MOLDAN, B.; BILLHARZ, S.; MATRAVERS, R. **Sustainability indicators: A report on the project on indicators of sustainable development.** Chichester: Wiley, 1997.

SEIFFERT, M. E. B. **Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental/** 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2011.

TODOROV, V.; MARINOVA, D. **Modeling sustainability. Mathematics and Computers in Simulation,** 2011.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.